

Dilemas da compensação: as mudanças nos meios de vida das famílias de Pedra Negra atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica do Funil*Compensation dilemmas: changes in livelihood of Pedra Negra's families affected by the construction of the Funil's Hydroelectric Plant*Artigo
OriginalOriginal
Paper¹ Douglas Mansur da Silva² Natan Ferreira de Carvalho**Palavras-chave**

Usinas Hidrelétricas

Licenciamento
Ambiental

Meios de vida

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar as mudanças nos meios de vida das famílias de Pedra Negra atingidas pela construção da UHE Funil. A partir da consulta aos documentos referentes ao processo de licenciamento ambiental do empreendimento, da realização de entrevistas e de trabalho campo, procuramos analisar os recursos e estratégias de vida acionadas por essas famílias antes e depois da construção da usina. Buscamos compreender, ainda, o papel que os programas de compensação, na área socioeconômica, propostos pelo consórcio empreendedor, assumem dentro desta problemática.

Recebido em
12/2013Aprovado em
12/2013**Abstract**

This article aims to analyze the change in livelihoods of families affected by the construction of a hydroelectric plant (called Funil) in Pedra Negra, Minas Gerais, Brazil. We analyzed the documents related to the licensing process of the project, beyond the use of detailed interviews and fieldwork. Thus, we analyzed the strategies driven by these families before and after the construction of the plant, also trying to understand the role that compensation programs in the socioeconomic area, proposed by the consortium of entrepreneurs, assume within this problematic.

Keywords

Hydroelectric Factory

Ambiental Licensing

Livelihoods

1. Antropólogo. Departamento de Ciências Sociais/Universidade Federal de Viçosa.

2. Mestre em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa.

1. Introdução

O barramento do Rio Grande no ano de 2002, visando à formação do reservatório da Usina Hidrelétrica (UHE) do Funil – uma parceria entre a VALE (51% de participação) e a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (49% de participação) – provocou a inundação de uma área de aproximadamente 34,71km², em áreas dos municípios de Lavras, Perdões, Bom Sucesso, Ijaci, Itumirim e Ibituruna, na região do Campo das Vertentes, no estado de Minas Gerais. A área inundada era o lugar onde moravam várias famílias que, ao longo dos anos, constituíram seus *meios de vida*.

O conceito de *meios de vida* tem sido bastante utilizado para analisar processos de desenvolvimento em países pobres, principalmente no continente africano (ELLIS, 2000), por meio da identificação e compreensão dos diferentes modos com que as pessoas constroem suas formas de vida. O termo, comumente usado em relação aos processos do mundo rural, aborda as diferentes combinações de recursos utilizados localmente como estratégia para construir as formas de reprodução social através do trabalho (agrícola e não-agrícola), redes sociais, conhecimento, tecnologia, emprego, utilização de recursos naturais e outras formas de obtenção de renda (HENBICK, 2007).

Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar o processo de mudança nos meios de vida das famílias atingidas pela construção da UHE Funil, em particular das famílias da comunidade de Pedra Negra, tendo como foco os programas de compensação socioeconômica adotados e as mudanças em relação ao trabalho e à obtenção de renda.

Ao compararmos as diferentes formas com que esses programas, formas de trabalho, recursos e estratégias assumiam antes e assumem agora, mais de dez anos após a construção da usina, buscamos compreender como se deu o processo de reprodução social dessas famílias, particularmente através do trabalho, da utilização de recursos naturais disponíveis e outras formas de obtenção de renda. Por conseguinte, torna-se importante discutir e avaliar a efetividade ou não dos Programas de Reativação Econômica propostos pelo consórcio empreendedor como forma de compensação pelos

danos causados pela construção da usina, bem como analisar as permanências e mudanças em relação às atividades de trabalho exercidas por essas famílias antes e depois da UHE.

A obra atingiu diretamente as comunidades de Macaia, Ponte do Funil e Pedra Negra, esta última uma das mais afetadas pelo processo. Era uma comunidade de atividade econômica rural, que vivia às margens do Rio Grande, em um local de difícil acesso: só se chegava até lá pela estrada de chão ou pela balsa que vinha de Macaia e foram vários os relatos dos moradores sobre o fato de ficarem ilhados em épocas de chuva. A maioria da população trabalhava na “panha de café” e em outros serviços rurais nas grandes fazendas da região, que empregavam famílias inteiras, inclusive as crianças, que começavam cedo a ajudar os pais no trabalho na lavoura (LOPES, 2011). A comunidade ribeirinha acostumou-se a usufruir das terras férteis que acompanhava o seu leito, das suas praias, suas águas, os peixes e a mata que o acompanhava; enfim, construíram suas vidas junto à dinâmica do rio, que algumas vezes transbordou e causou sérios problemas aos moradores de Pedra Negra.

Entretanto, essa dinâmica social foi significativamente alterada a partir do início dos estudos para a implantação da UHE Funil. No geral, os moradores desconheciam o processo de construção de uma UHE, bem como os seus efeitos sociais. Além disso, o fato de as famílias de Pedra Negra não terem contato ou apoio mais significativo de entidades externas que as pudessem orientar – como o próprio Movimento dos Atingidos por Barragens, ou ONG's, ou até mesmo grupos ligados à Igreja ou universidades -, fez com que acabassem por não constituir uma mobilização efetiva a fim de obterem mais informações sobre todo o processo, seus direitos, bem como onde e como reivindicá-los. Após a construção da UHE, Pedra Negra se transformou em um bairro urbano da cidade de Ijaci, um lugar com características socioambientais bastante distintas das que estavam acostumados a viver antes da usina, o que provocou alterações significativas nos seus *meios de vida*.

Levando-se em conta o fato de que os *meios de vida* não são estáticos, mas se inserem em contextos de heterogeneidade social e se transformam ao longo da vida dos atores que buscam responder aos diversos fatores pelos

quais estão expostos e que alteram seus meios de vida (mudanças climáticas – secas, enchentes, etc. –, perda de rendimentos, mudanças estruturais como as provocadas pela construção de uma UHE, entre outros), a pesquisa teve como foco indivíduos em relações sociais concretas, bem como suas representações sobre o processo que viveram, sem perder de vista as implicações entre processos sociais em múltiplas escalas (local, regional, global).

Nesse sentido, foi necessária a realização de uma pesquisa de campo intensa numa unidade de análise menor, para que se pudesse compreender o comportamento concreto e a prática cotidiana de um número restrito de indivíduos. Procuramos seguir a tradição dos estudos etnográficos, buscando a permanência junto às famílias do bairro Pedra Negra, vivenciando parcialmente suas experiências diárias, travando contatos e diálogos para tentar compreender os discursos, as práticas, ações, interações e estratégias assumidas pelos indivíduos, sem a pretensão de abarcar a totalidade de opiniões existentes entre as famílias do bairro em relação ao tema aqui estudado. A pesquisa de campo ocorreu ao longo de 2012, com permanência por um período maior de tempo nos meses de janeiro, fevereiro, julho, agosto e novembro.

De forma complementar, consultamos os arquivos da Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Sul de Minas, em Varginha, para analisar os documentos referentes à concessão do licenciamento ambiental da UHE Funil. Além disso, realizamos entrevistas semiestruturadas com alguns atingidos e com uma técnica que à época da construção da usina foi contratada pelo consórcio empreendedor para fazer o levantamento histórico e cultural das comunidades que seriam atingidas. O projeto de pesquisa e sua metodologia foram submetidos e aprovados, em seus aspectos éticos, pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, da Universidade Federal de Viçosa.

2. Licenciamento e mitigação

Para entendermos melhor o processo de construção da UHE Funil, torna-se necessário analisar os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais que envolvem a construção de

UHEs no Brasil e, em particular, no estado de Minas Gerais. Segundo Paul Little (2003), no Brasil, um dos resultados práticos das múltiplas discussões, pressões políticas e mobilizações sociais em torno da questão ambiental foi a expansão da ação governamental brasileira na área, incluindo uma legislação e políticas ambientais específicas. Contudo, como destaca o autor, várias dessas medidas incomodaram diversos setores do próprio Estado, bem como de empresas privadas, que passaram a considerá-las como entraves ao desenvolvimento. Na área de legislação ambiental, o debate mais marcante se deu em torno da questão do processo de licenciamento ambiental que, apesar de muitas críticas, é considerado como um dos principais instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente. (ZHOURI et al., 2005). O licenciamento ambiental é um procedimento administrativo e uma exigência legal (Lei nº 7.772, 1980) em relação a atividades causadoras ou potencialmente causadoras de impactos ambientais. Apesar de reconhecerem esse avanço institucional, os autores acima citados apresentam uma forte crítica ao processo de licenciamento, principalmente ao explicitarem os problemas políticos-estruturais e procedimentais do mesmo, mostrando como o campo é constituído por posições hierarquizadas e relações de poder muito desiguais. (ZHOURI et al., 2005; 2011)

Como argumenta Ribeiro (2008), a natureza jurídica da licença ambiental é matéria bastante polêmica, comportando divergências de interpretação pelos especialistas do Direito quanto ao seu poder de intervenção e decisão sobre as iniciativas de investimento em atividades econômicas. Conforme o autor, segundo o entendimento de alguns juristas, o ato administrativo do licenciamento ambiental se aproximaria mais de uma licença, no sentido do Direito Administrativo, do que de uma autorização:

As diferenças de tal distinção estão relacionadas ao fato de que em se tratando de licença, o administrador, ou seja, o Estado, através do órgão ambiental, estaria sempre obrigado a conceder as licenças solicitadas, desde que os pressupostos legais fossem cumpridos. (...) Por outro lado, o entendimento jurídico que identifica no licenciamento um ato de natureza própria

das autorizações compreende a hipótese da negativa quando as avaliações técnicas e discussões públicas sobre as restrições socioambientais das atividades sob licenciamento revelem a inconveniência de sua implantação. (RIBEIRO, 2008: 15).

O que se tem observado é a predominância do primeiro argumento, ou seja, o que tende a interpretar o ato administrativo do licenciamento ambiental como um direito do empreendedor, desde que seu projeto seja devidamente adequado, mesmo que em fase adiantada do processo de licenciamento, com as medidas de mitigação e de compensação ambientais. Ou seja, nessa percepção – que não admite a hipótese da inviabilidade ambiental de projetos - todos os empreendimentos podem ser executados, sob a condição da implementação de medidas que atenuem e/ou compensem seus impactos socioambientais.

Ao fazer uma análise da estrutura e do funcionamento do Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais, Carneiro (2005) aponta para o processo de *oligarquização* do exercício do poder no Conselho, ressaltando a limitação deste enquanto um espaço democrático e representativo da diversidade social. Além disto, também chama a atenção para o fato de que a política ambiental mineira, na forma com que vem sendo conduzida ao longo dos anos, se resume a um “jogo de mitigação” onde, por razões estruturais, a interação entre os agentes conduz à formação de um sistema rotinizado de disputas técnico-jurídicas cujo alcance se restringe à definição do grau de rigor mitigatório a ser observado no julgamento de processos de licenciamento ambiental (*op.cit.*).

Com isso, apesar de todo o procedimento envolvendo a concessão de licenças ambientais, e da tentativa de se promover um espaço aberto para que as partes envolvidas construam os seus argumentos e expressem suas interpretações da realidade, há uma grande assimetria de poder existente entre os envolvidos no processo. Na prática, o que em geral se vai negociar são os projetos de mitigação e de compensação que, muitas vezes, nem contemplam a interpretação/reivindicação dos atingidos, sendo pautados apenas a partir da visão de mundo que guia a lógica dos técnicos.

3. O caso de Pedra Negra: programas de reativação econômica e cursos oferecidos

Na maioria dos casos, os benefícios aos atingidos anunciados pelo consórcio empreendedor dizem respeito aos programas de mitigação e compensação. Além disto, o procedimento geralmente utilizado na elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA), de separar o meio ambiente em meios físico, biológico e socioeconômico, é uma expressão do olhar fragmentado em relação à Natureza, e serve de orientação aos técnicos das empresas de consultoria contratadas para este tipo de serviço. Ao agirem dessa forma, desconsideram “o entrelaçamento empírico entre esses meios, bem como as dinâmicas socioculturais de apropriação, uso e reprodução dos recursos ambientais” (FASE, 2011: 22). Uma expressão disso é a elaboração de uma série de EIAs padronizados (ZHOURI, 2008; FASE, 2011), alguns sendo inclusive copiados e usados no licenciamento de empreendimentos totalmente distintos.

Dentro desta lógica de fragmentação, o que se tem observado é que o aspecto social vem sendo sistematicamente subvalorizado no processo de licenciamento (*op.cit.*). Em relação à UHE Funil esta questão se mostrou bastante nítida. Em entrevista, uma técnica envolvida nesse processo nos contou que a ideia de se fazer um levantamento histórico e cultural das comunidades atingidas não partiu do consórcio empreendedor, pois o estudo, a princípio, se limitava à dimensão técnica e estrutural. Durante a entrevista, a técnica comenta sobre seu trabalho desenvolvido nas comunidades:

Nosso trabalho foi pra minimizar mesmo, mostrar, e foi um trabalho que hoje eles estão fazendo em outros locais, porque o homem não fazia parte do meio, o homem era pra chegar, negociar, tirar dali e pronto acabou. Até o nosso trabalho era isso, porque nós vimos os trabalhos das outras usinas, eles mostraram pra gente os livros, então tinha aquele registro de arquitetura, registro de natureza, mas de homem não falava. (entrevista técnica 1, agosto de 2012)

No que concerne aos programas de compensação socioeconômica das comunidades atingidas pela UHE Funil, em documento consultado na SUPRAM do sul de Minas, em Varzinha, a FEAM discorda da afirmativa do Plano de Reativação Econômica onde o consórcio afirma que “os empreendedores não têm a obrigação de realizar investimentos nas propriedades, uma vez que já indenizaram ou adquiriram as áreas inundadas” (FEAM – LO- C. AHE Funil- 00122/1992/003/2002. [Anexos 15,16,17]). Segundo a FEAM:

Do ponto de vista socioambiental, a responsabilidade do empreendedor pela compensação ou mitigação dos impactos determinados pela implantação da usina não se esgota no pagamento de indenização, mas sim, avança na perspectiva de recomposição, em níveis atuais ou melhores, das condições de vida das famílias afetadas (IBID, 2002).

Neste sentido, apesar do argumento inicial apresentado pelo consórcio, como decorrência do EIA elaborado para atender as exigências previstas no licenciamento ambiental da UHE Funil, foram apresentados no Plano de Controle Ambiental (PCA), uma série de programas e projetos com o intuito de mitigar e compensar os danos causados pela usina.

O Programa de Reativação Econômica foi apresentado como uma alternativa de renda às famílias deslocadas, tendo sido elaborado em parceria com a EMATER/MG, que ficaria responsável pelas ações no âmbito dos estabelecimentos agropecuários, e o SEBRAE/MG, que atuaria nos aglomerados urbanos atingidos. Como consta no *site* do consórcio empreendedor:

O Programa tem como objetivo oferecer alternativas de geração de renda através do apoio técnico, estrutural e financeiro às famílias deslocadas pelo empreendimento. A premissa básica do programa é o trabalho organizado de forma coletiva. O atendendo acontece com os grupos de pessoas que se organizaram de forma espontânea em torno dos mesmos interesses de atividades. (CONSÓRCIO AHE FUNIL, 2013)

De acordo com o relatório de uma das consultoras contratadas, os estudos de campo se iniciaram em fevereiro de 2002. De março a maio daquele ano foi aplicado um questionário para coleta de dados e identificação *in loco* dos problemas/expectativas individuais (MOTA, 2011). Importante ressaltar aqui o atraso em relação a esses estudos, que se iniciaram a nove meses do fechamento das comportas para o enchimento do reservatório da usina. Em 2003, após o enchimento do lago, foi contratada pelo consórcio empreendedor a empresa Práxis Projetos e Consultoria Ltda., de Belo Horizonte, para a elaboração e acompanhamento das atividades relativas ao Programa de Reativação Econômica. Após o mapeamento dos focos de interesse dos atingidos, constatou-se a necessidade de priorização dos investimentos nas quatro atividades potencialmente geradoras de renda identificadas: Projeto de Agricultura, Projeto de Artesanato, Projeto de Culinária e Projeto de Pesca (op.cit.).

Entre os moradores de Pedra Negra foram desenvolvidos, prioritariamente, os projetos de artesanato - por iniciativas como a fabricação de móveis feitos com bambu - e de culinária - por meio da confecção de doces e salgados -, tendo sido explorados também algumas intervenções referentes ao projeto de agricultura - através da tentativa de construção de uma horta comunitária. O projeto de pesca foi desenvolvido exclusivamente na nova comunidade da Ponte do Funil.

Diversas tentativas foram feitas, ao longo dos anos, no sentido de procurar fazer com que essas atividades dessem bons resultados. No entanto, o que pudemos perceber durante a pesquisa foi que nenhum desses programas estava funcionando efetivamente. O local onde se tentou fazer a horta comunitária estava coberto de mato, a casa que construíram para servir de sede para os que trabalhariam com o artesanato estava abandonada e a única associação em funcionamento era a Associação das Doceiras São José da Pedra Negra – Delícias da Estação, que contava com cinco membros que trabalhavam de forma individual e esporádica, por encomenda.

Em conversa com alguns atingidos que participaram dessas alternativas, muitos disseram que o principal problema enfrentado pelos trabalhadores foi a falta de união e a dificuldade de se trabalhar coletivamente, pelo menos da maneira como foi proposto. Como comentou um atingido:

... porque geralmente Pedra Negra era assim né, cada um fazia o que quisesse no seu cantinho né, nunca trabalhou em conjunto... trabalhava em conjunto assim, na fazenda né, mas lá tinha um organizador, então chegou na sua casa cada um fazia o seu né, nunca viu falar num conjunto, nunca ouviu falar num grupo, sei lá, porque isso aí faz parte... (entrevistado 1, fevereiro 2012).

Ao que parece os atingidos não tinham o costume de trabalhar de forma coletiva. Nesse sentido, não sabemos até que ponto “o gerenciamento dos grupos de trabalho é mais simples do que o atendimento de casos individuais” (CONSÓRCIO AHE FUNIL, 2013), como afirma o consórcio empreendedor, uma vez que em todos os programas implementados, os conflitos internos e a dificuldade de se trabalhar coletivamente foram apontados pelos atingidos como um dos principais entraves para o desenvolvimento das iniciativas.

Além dessa dificuldade, outra questão importante é o fato de que a maioria dos atingidos não tem condições financeiras de se dedicarem efetivamente aos projetos e, como o lucro com o trabalho não é imediato, muitos associados não têm como esperar pelo resultado, sendo obrigadas a arranjar outras formas de ganhar dinheiro para conseguirem sustentar suas vidas.

No entanto, do nosso ponto de vista, o principal fator a se apontar em relação ao fracasso desses projetos diz respeito à precariedade com que estes programas socioeconômicos foram levados a cabo pelo consórcio empreendedor. Em relação ao Projeto de Artesanato, por exemplo, uma técnica entrevistada nos afirmou que ele foi feito sem levar em consideração o conhecimento que os atingidos já possuíam deste tipo de trabalho, uma vez que existiam moradores que já se utilizavam dessa matéria-prima, o bambu, mas que não participaram efetivamente da elaboração e implementação do projeto. Em sua fala a técnica deixa transparecer a forma com que estes programas foram planejados, de cima para baixo, sem a participação efetiva dos atingidos.

Além desses projetos de reativação econômica, o consórcio empreendedor também ofereceu vários cursos de curta duração, que contaram

com a participação de um número significativo de pessoas da comunidade mas que, segundo os atingidos, também não deram bons resultados. Na opinião dos entrevistados, os cursos não tinham uma continuidade, o que impedia as pessoas de adquirirem as práticas e habilidades necessárias. Segundo uma técnica entrevistada, na época da inauguração dos cursos, o consórcio empreendedor organizava uma festa, convidava autoridades locais, mas depois ia embora e não dava continuidade. Ao perguntá-la sobre os cursos que o SENAR e o SEBRAE ofereceram, ela respondeu que foram vários, mas não adequados ao perfil dos moradores.

Além do mais, os atingidos também não conseguiam ver como poderiam utilizar aquilo que foi aprendido. Durante o trabalho de campo, em conversa com uma moradora local sobre os cursos oferecidos pelo consórcio empreendedor, ela confirmou que realmente foram vários, de diferentes tipos. Em sua opinião, “gente velha, acostumada a lidar na roça, não dá pra esses tipos de serviços não”; segundo ela esses cursos são pra gente jovem, “a cabeça nossa não acostuma com essas coisas não”. No entanto, em conversas com alguns jovens, eles confirmaram que o consórcio chegou a oferecer diversos cursos e que eles participaram de vários deles, mas que “não serviram de nada”, pois, na busca por emprego, o que geralmente se pede são cursos de computação ou cursos técnicos, diferente daqueles que estavam sendo oferecidos.

Neste sentido, ao analisarmos os *meios de vida* da população, pudemos observar que os programas de compensação propostos pelo consórcio empreendedor - considerados medidas suficientes para a liberação das licenças ambientais necessárias à efetivação do empreendimento -, não se consolidaram enquanto estratégias de vida para a população atingida, que tiveram que recorrer a outros mecanismos para garantirem sua sobrevivência.

4. Mudanças e permanências em relação ao trabalho

Como vimos, a maioria dos moradores da velha Pedra Negra era de trabalhadores rurais. Todos os atingidos que entrevistamos e todos com quem conversamos durante o trabalho de

campo, nos disseram que antes da construção da usina trabalhavam em “serviço de roça”.

Era serviço de roça né, com plantação das coisas, era milho, café, feijão, arroz... na época nós plantava muito arroz (...) nós plantava pra nós comer, pai plantava, engordava muito porco, mexia com muita galinha né, nossa, na época tínhamos muito porco e galinha, tinha peru, pato, quando nós morou lá a gente tinha tudo quanto é tipo de criação (...) tudo vinha era das culturas do terreno dele [pai] lá, nós plantava lá e... tinha lá um...essa menina aí tava até falando, tinha até moinho d'água no fundo da nossa horta lá, então moia fubá, grosso pra porco, fino pra gente mesmo (...) mexia com carro de boi, na roça, plantar, aquelas coisas que nós plantava de mão, ôh mais nós sofria (...) não tinha jeito de estudar porque a vida era difícil. (entrevistado 2, fevereiro de 2012).

De acordo com Lopes (2011), há uma forte presença do trabalho informal na Pedra Negra. A autora entende como trabalho informal aquele onde não se tem carteira assinada. Na pesquisa por ela realizada, 62 pessoas - cerca de 50 % dos trabalhadores ativos entrevistados - declararam que trabalham sem registro em carteira.

Dentre estas atividades, a que se destaca é a panha do café, que acontece entre os meses de maio a setembro. Segundo a autora, após este período, o serviço se torna escasso. Ela também aponta a presença dos antigos fazendeiros locais como importantes empregadores e, para aqueles que possuem emprego nas antigas fazendas da região de Pedra Negra, o consórcio empreendedor garante o transporte por meio do passe de ônibus que lhes é disponibilizado.

Durante a pesquisa de campo pudemos observar que “o serviço de roça” ainda é uma atividade importante entre os atingidos. Acostumados desde novos ao trabalho no meio rural, principalmente na cultura do café, o que podemos perceber é que muitos mantêm uma preferência por esse tipo de trabalho, em detrimento aos empregos na cidade. No entanto, muitos moradores com quem conversamos de-

monstraram uma descrença em relação à possibilidade de manutenção do “serviço de roça” que, segundo eles, já estava ruim mesmo antes da construção da UHE e hoje tende a acabar.

...hoje o serviço tá acabando porque naquele tempo capinava café tudo era na enxada, hoje já não capina mais café na enxada mais NE. Tudo é com randape ou máquina né, essas coisas. O povo da roça, o serviço da roça enfrequeceu muito NE. hoje, tirando a panha de café, quase não tem serviço mais na roça, onde trabalhava 15/20 lá na Pedra Negra, hoje ta trabalhando 4, pra fazer o mesmo serviço (...) os retireiro de lá acabou quase que tudo também, lá na Pedra Negra velha, que ainda tira leite mesmo é só eu e uma vizinha lá, o resto acabou tudo também, os fazendeiros grande morreram, os velhos morreram, e os filhos não permaneceu com aquele trem não, largou né, foi fazer outras coisas (...). Sempre deu muito serviço fazenda de retiro, hoje acabou também né, se tem que plantar um milho pra encher o cilo, hoje a máquina já vai lá, já colhe ele e joga lá né, umas 2 ou 3 pessoas fazem aquilo ali, de primeiro não, trabalhava uns 8/10, tinha que cortar o milho, juntar aquilo, por na vala, levar lá no cilo, encher, socar, ah hoje mudou tudo, diminuiu muito a mão de obra né, a parte pobre nessa parte ficou prejudicada né, os trabalhador ficou prejudicado nisso aí né, porque tirou muito o serviço deles.. (entrevistado 3, fevereiro de 2012)

Além desta conjuntura mais ampla desfavorável ao “serviço de roça”, segundo os moradores, este tipo de trabalho também não é exercido no novo local de moradia por falta de condições. A distância em relação ao antigo lugar de trabalho e a impossibilidade de manutenção deste tipo de atividade em um bairro urbano que não apresenta as condições necessárias para essa prática - eles não têm lugar para plantar ou cuidar de criação - não deixam escolhas aos moradores que acabam sendo obrigados a procurar outras formas de obtenção de renda:

Nós tinha um terreninho lá que era nosso, nós trabalhava no que era nosso né, então, nós mudou pra cá e acabou que eu tive um prejuízo grande porque nós tinha as engorda dos porcos, me dava aí uns... naquela época me dava quase que um salário por mês, de porco, que eu vendia lá. Eu perdi isso, porque todo mês eu matava um e vendia pra turma lá, eu tinha a minha freguesia lá, aí vendia, e tirava o leite também, eu mesmo pegava e tirava o meu leite, não dependia de ninguém pra fazer pra mim, plantava umas lavoura lá (...), tinha uns dois ou três empreiteiro que plantava de meia comigo, (...) acabei perdendo isso tudo, até os meeiro eu perdi, e essa parte aí eu não recebi nada da perda disso ai não, eles indenizaram a casa, essas coisa que tinha eles indenizou, indenizou o que a água pegou, mas as perda de coisa eu não recebi nada por isso não... e vim pra cá, aqui não pode ter o porco, não posso ter gado aqui porque fica longe, pra mim ir lá tirar esse leite é longe, porque puseram um ônibus aí que ele vai lá, mas em dia de chuva não vai, e retiro é um trem que tem que ser todo dia né, não pode falhar (entrevistado 3, fevereiro de 2012)

Como podemos perceber, esta dificuldade em relação ao uso produtivo da terra traz algumas consequências negativas aos atingidos. A maioria das pessoas com quem conversamos comentaram que, na velha Pedra Negra, “tinham de tudo lá” (horta, pomar, etc.), “plantavam de tudo” (arroz, feijão, milho, etc.) e por isso não precisavam de comprar quase nada para o sustento da família. Durante a pesquisa, muitos moradores reclamaram que, apesar de não passarem fome, têm de comprar tudo, gastando com supermercado por volta de 200 a 300 reais por mês, valor considerado alto.

Hoje já não tem o que a gente tinha lá né, aqui tudo que a gente depende hoje tem que buscar lá no supermercado, e lá não, lá eu tinha meus porco, tinha meus feijão, tinha arroz, tinha milho, tudo isso nós plantava lá, plantava de tudo, tinha horta, tinha até uma horta lá que era grande, tinha um

pedaço lá que eu plantava cana nele, tinha um vizinho lá que me comprava essa cana todo ano, essa cana me dava açúcar pra eu tomar café o ano inteiro, então nem açúcar eu não comprava lá... e aqui eu perdi isso tudo né...agora tem que comprar tudo no supermercado, tem que buscar tudo lá...e diminuiu a minha renda né, porque eu perdi o leite, perdi os porcos, e perdi também a parte que eu mesmo fazia e colhia, que eu mesmo consumia né, não gastava dinheiro pra comprar essas coisas não (...) eu acho que nessa parte eu levei muito prejuízo...(entrevistado 3, fevereiro de 2012)

Além dos alimentos plantados no próprio terreno, próximo às casas, outra atividade bastante comum entre os moradores da velha Pedra Negra e que também garantia o sustento de muitas famílias era o trabalho de meia. Durante entrevista com um ex- meeiro, ele comenta sobre suas antigas atividades:

Uai, lá assim, porque nós trabalhava, igual, eu trabalhava pra esse Luiz Fernando, mas eu tinha meus quebra-galho do lado, eu plantava arroz, feijão, milho, essas coisas, mas quando eu não podia ir lá cuidar eu punha um pra cuidar pra mim sabe (...) trabalhava de meia com o rapaz (...) a gente tirava o pro gasto e o resto que sobrava a gente vendia né (...) tinha a horta de couve que nós plantava, plantava couve, alface, repolho, tudo isso nós plantava, não plantava muito mas pro gasto nós plantava né (...) engordava um porquinho também, tinha as galinha, né... (entrevistado 4, fevereiro de 2012)

Quando perguntamos se ele achava que a vida tinha melhorado ou piorado depois da construção da usina ele respondeu que:

Pra mim piorou... piorou... porque quando eu tava lá eu trabalhava, eu tinha as minhas vaquinhas, eu tinha o meu mantimento, tudo que eu colhia né, e como se diz, eu tirava o que eu gastava e o resto eu vendia, e agora aqui eu tenho que buscar tudo no supermercado, é caro né, e não é igual aos que eu colhia lá né. (entrevistado 4, fevereiro de 2012)

Outro entrevistado explicou como funcionava o trabalho de meia:

... as partes de meia lá funcionava assim, um arava um terreno, cercava, e dava de meia pra um sujeito plantar, e leva a semente, e o adubo eles pagava a metade e nós dava metade, e ele colhia, nós fazia o transporte, entregava a parte dele na casa dele e ficava com a nossa, ele plantava, colhia, e pagava a metade do adubo na meia, se tinha esterco de curral... nós lá tinha, mas não dava pra todo mundo não, mas nós usava esterco de curral naquelas partes pior, porque o esterco de curral é muito bom, você põe naquelas partes pior e ele dava bom resultado, melhor de que o adubo, mas ai num ponto acabou tudo né (...) antigamente você dava de meia com esse povo, pros empregados tudo, todo mundo plantava roça lá, todo mundo tinha o que comer né, colhia aquilo, e hoje não, hoje você trabalha de salário e não tem nada, ele tem que vender daquele salário e comprar tudo né, de primeiro não, de primeiro você tinha lavoura, e tinha feijão, e tinha arroz, e tinha milho, e tinha porco, e tinha galinha, as vezes tinha um leite né, tinha umas criança pequena lá e dava o leite, fornecia o leite né, e hoje não, hoje acabou tudo...(entrevistado 3, fevereiro de 2012) [grifos nossos].

É interessante ressaltar o fato de que muitos moradores da velha Pedra Negra nos afirmaram que, além de terem o sustento da família garantido pelos alimentos que plantavam e pelas criações que possuíam, antigamente nunca faltava serviço aos moradores locais. Em conversa com uma atingida durante o trabalho de campo, ela nos disse que o emprego na nova Pedra Negra é muito difícil de arrumar, muitos são aqueles que não conseguem arranjar serviço, e é por isso que é tão comum ver várias pessoas “por ai, de bobeira, sem ter o que fazer”. Ela comentou também que na velha Pedra Negra não era assim, todo mundo tinha serviço, todos trabalhavam na roça.

No entanto, como todo ser humano precisa criar condições que possam garantir a reprodução material de sua existência, e, nas palavras

de outro atingido, como “o serviço de roça hoje em dia tá muito custoso”, ao mudarem pra cidade de Ijaci, os moradores de Pedra Negra tiveram que encontrar outros tipos de trabalho, geralmente vinculados ao meio urbano.

De acordo com Lopes (2011), a construção civil se apresentou como uma das principais alternativas de trabalho. Além destas atividades, a autora ainda destaca como empregadores na cidade de Ijaci a indústria, o comércio e empresas de extração de minérios; em Lavras, indústrias e agroindústrias. Também aponta a significativa presença de empregadas domésticas e faxineiras, principalmente em Lavras. É interessante analisarmos a importância deste tipo de trabalho entre os moradores, pois, além do fato deste tipo de emprego ter crescido consideravelmente nos últimos anos, sua presença entre os atingidos está relacionado ao fato de que muitos deles já tinham algum tipo de experiência na construção. Muitos entrevistados mencionaram que foram eles próprios que construíram suas próprias casas.

Além disso, muitos moradores afirmaram viver de “bicos”. Durante o trabalho de campo pudemos observar uma enorme rotatividade entre os trabalhadores do bairro, que não se mantinham em um mesmo emprego durante muito tempo. Isto nos parece ser reflexo daquilo que Antunes (2010) denominou ser a “periferia da força de trabalho”, que compreende dois subgrupos diferenciados:

O primeiro consiste em ‘empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado’. Esse subgrupo tende a se caracterizar por uma alta rotatividade no trabalho. O segundo grupo situado na *periferia* ‘oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinados com subsídio público, tendo ainda menos segurança de emprego do que o primeiro grupo periférico’ (IBID.: 2010, p. 62).

No entanto, apesar de o autor apontar os empregos temporários como uma tendência dentro das sociedades capitalistas, o fato dos trabalhadores de Pedra Negra não permanecerem por muito tempo em um mesmo emprego também está ligado à dificuldade de adaptação em relação ao trabalho no meio urbano, que apresenta características distintas daquelas por eles vivenciados no meio rural. Durante entrevista realizada com a técnica contratada pelo consórcio, ela afirma que os moradores de Pedra Negra não estão acostumados com uma jornada de trabalho regulada por horários rígidos. Segundo ela, esta é uma rotina diferente pra eles e é por isso que não conseguem ficar por muito tempo em um mesmo emprego.

Este foi o caso relatado por um entrevistado que nos disse preferir o “serviço de roça” e, mais particularmente, o “trabalho de empreito” em detrimento ao trabalho no meio urbano pois, segundo ele, o horário nestes caso é livre, mais flexível. Durante entrevista ele comenta:

Não, assim, eu não parei de trabalhar na roça não, porque eu ainda fui panhar café lá, todo ano eu ainda panho café lá ainda. Eu aposentei, mas eu panho café todo ano. E a gente faz algum servicinho que tá aqui perto também, eu faço serviço de piá, eu não quero mais serviço pesado não, tá doído, eu tenho artrose nos dois Joelho (...) aqui a gente mexe fazendo cerca, roçando pasto, servicinho mais leve, mas nós que somos de pegar pasto de empreito, porque empreito, eles pagou aquele tanto, nois trabalha na hora que quiser, pode chegar mais tarde, não tem horário pra pegar e nem pra parar... (entrevistado 2, fevereiro de 2012)

Além da temporalidade que rege o trabalho no meio urbano ser diferente da do meio rural, a sociabilidade também é distinta. A relação mais formal e burocrática contrasta com a familiaridade e maior proximidade das relações que se observa nos trabalhos rurais, como é o caso da panha do café. Durante entrevista com a referida técnica, ela nos descreveu sua experiência ao acompanhar o trabalho na panha do café:

Agora eu acho o seguinte, serviço pesado, serviço cansativo, pesado... É alegre!

Eu acompanhei a panha e é uma diversão (...) Até era muito engraçado, porque eu fui, acompanhei a panha com o pessoal, desde cedinho, desde a hora que eles saíram até a hora que acabou a panha, o dia inteiro aquela confusão e aquela palhaçada. (...) E eles cantavam né. Aí eles começaram a cantar... Eles chega... Muito legal. Sai cedo né! Aí chega faz oração pra proteger o dia, tem todo um ritual. Aí, chegar chegando não, tem todo um ritual, porque tem cobra, é perigoso o negócio sabe. Mas ó, pára pra almoçar ali todo mundo nas marmitinhas né, faz o foguinho ali mesmo, esquentar as marmitas né, toma um cafezinho, pita um paiêro e ó, e arrasta o pano! Então eles vão pegando aquelas rua né. Cê já deve ter visto a panha de café (...) E aquilo vai até de tarde. Agora é explorado também viu. O pessoal ganha muito nesses café pra pagar tão pouco. E parece que tá piorando quanto que tá pagando. Eles tiravam mais. (entrevista técnica 1, fevereiro de 2012)

Apesar de ter conversado com alguns atingidos que relataram os benefícios proporcionados pelo trabalho urbano, como a possibilidade de adquirir novos conhecimentos e alguns bens que o trabalho na roça não havia lhes proporcionado, o que pudemos observar é que o contato permanente com a natureza, o produzir, o plantar, o colher, e as relações sociais que envolvem essas atividades são muito valorizadas por boa parte dos atingidos pela UHE Funil.

5. Considerações finais

Como analisamos ao longo deste artigo, apesar de serem consideradas como medidas suficientes para a implementação das UHEs e apesar da significativa quantidade de recursos investidos, nenhum dos programas de reativação econômica propostos pelo consórcio empreendedor para as famílias de Pedra Negra tiveram êxito. Os principais motivos apontados pelos atingidos foram a falta de união e a dificuldade de se trabalhar coletivamente, que é uma premissa básica dos programas adotados. Além disso, constatamos que a grande maioria dos atingidos não tinham con-

dições financeiras que os permitissem disponibilizar o tempo necessário para se dedicarem aos projetos da forma com que esses exigiam.

No entanto, o grande motivo da ineficiência destes projetos se deve à precariedade com que estes programas socioeconômicos foram levados a cabo pelo consórcio empreendedor, que os planejaram e implementaram sem a devida participação dos atingidos e sem levar em consideração os conhecimentos tradicionais dos mesmos, impondo uma racionalidade nova e muitas vezes incompatível com a cultura local. Um fator agravante da ineficiência desses programas se deu pelo fato de, após a transferência para o bairro de Ijaci, a impossibilidade de se plantar o próprio alimento fez

com que as famílias de Pedra Negra passassem cada vez mais a depender do dinheiro, da renda, para conseguir sustentar suas vidas. Mas o trabalho também não pode ser visto apenas como um meio de se ganhar dinheiro, de se gerar renda, ele está relacionado a algo mais complexo, que tem a ver com a própria realização do ser humano. É nesse sentido que podemos perceber a preferência dos atingidos pelos “serviços de roça”, como é o caso da panha do café que, juntamente com os trabalhos temporários ou *bicos* por eles realizados, constituem-se nas atividades em que mais se sentem realizados, além de se constituírem nos principais recursos acionados pelos atingidos a fim de garantirem o sustento dos seus *meios de vida*.

6. Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 10ª edição. Campinas: Editora Cortez, 2005.

CARNEIRO, Eder Jurandir. “A oligarquização da ‘política ambiental’ mineira”. In: Zhouri, Andréa, Laschefski, Klemens e Pereira, Doralice (orgs). **A Insustentável leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais**. Belo Horizonte, Autêntica, 2005, p.65-88.

CONSÓRCIO AHE FUNIL. “Projeto de Reativação Econômica – A solução pela coletividade”. Disponível em: <http://www.ahefunil.com.br/home/meio-ambiente/economia>. Acesso em: 27/08/2013.

ELLIS, F. **Rural Livelihoods and Diversity in Developing Countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

FASE. **Relatório-Síntese do Projeto Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FASE/ETTERN, 2011.

FEAM – LO – **Consórcio AHE Funil** – 00122/1992/003/2002 (Anexos 15, 16, 17)

HENBICK, Paul. (org.) **Livelihoods and Landscapes: The people of Guquka and Koloni and thier Resources**. Boston, 2007.

LITTLE, Paul. “Introdução” in: LITTLE, Paul (Org.) **Políticas Ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Ed. Peirópolis; Brasília: IIEB, 2003, p.13-21.

LOPES, Alcione. **Diagnóstico sócio-artístico cultural de Pedra Negra**. 2011 (*mimeo*)

MOTA, Flávia. **Consultoria. Relatório Consolidado do Programa de Reativação Econômica e Apoio ao Produtor Rural**. Consórcio AHE Funil, 2011.

RIBEIRO, Morel Queiroz da Costa. **O Licenciamento Ambiental de Aproveitamentos Hidroelétricos: o espaço da adequação**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Belo Horizonte: Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais, 2008, 268p.